PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

EDITAL Nº 31/2026

Divulga o edital de conteúdo do Desafio Integrador para o curso de Direito.

A Pró-Reitora Acadêmica da UGV - Centro Universitário, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DIVULGA o edital de conteúdo do Desafio Integrador para o curso de Direito.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° A coordenação do curso de direito vem através deste, informar as áreas correlatadas para o desafio integrador do 2º Semestre – 2º Bimestre de 2026.

Art. 2° A escala de arredondamento da nota final do Desafio Integrador segue escala abaixo.



DO CONTEÚDO DAS PROVAS

Art. 3° Turma: **2º período**

SOCIOLOGIA JURÍDICA – Conceito de sociologia. Experiência objetiva e experiência subjetiva. O objeto de estudo da sociologia. Auguste Comte e o positivismo jurídico. As políticas sociais no Estado neoliberal. Intervenção e crise no Estado neoliberal. As figuras subjetivas da crise e a mentalidade neoliberal. Biocapitalismo.

DIREITO CONSTITUCIONAL I – Teoria da Constituição. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Poder Constituinte. Interpretação constitucional. Constitucionalismo. Direito Constitucional Positivo. Princípios Fundamentais do Estado Democrático de Direito.

HERMENÊUTICA JURÍDICA – Métodos clássicos da interpretação. Teoria da integridade. Teoria Tridimensional do Direito.

DIREITO CIVIL I – Personalidade jurídica e direitos do nascituro. Ausência e domicílio voluntário. Classificação de bens quanto à mobilidade, consuntibilidade e fungibilidade. Requisitos de validade do Negócio jurídico. Encargo, termo e condição suspensiva. Emancipação e capacidade civil.

CIÊNCIA POLÍTICA – O estado de natureza; Soberania; Absolutismo. Conceito de Estado. Teorias do Estado. Elementos do Estado. Limitações ao poder no Estado Constitucional. Sistema de freios e contrapesos.

FILOSOFIA DO DIREITO – O que é a filosofia. Função. Relação com a ciência e a arte. Paradigmas da Filosofia. A perspectiva kantiana do Direito. A leitura do Direito a partir das categorias kantianas e marxistas. Direito e racionalidade.

Art. 4° Turma: **4º período**

DIREITO CONSTITUCIONAL – Teoria da Constituição. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Poder Constituinte. Interpretação constitucional. Constitucionalismo. Direito Constitucional Positivo. Princípios Fundamentais do Estado Democrático de Direito. Organização dos poderes. Poder Legislativo. Estrutura e atribuições. Poder Legislativo. Emendas à Constituição. Cláusulas pétreas. Processo Legislativo. Espécies normativas. Leis complementares e leis ordinárias. Poder Executivo. Crimes comuns e de responsabilidade. Processamento e julgamento. Impeachment. Controle de Constitucionalidade. Formas de inconstitucionalidade

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Distribuição do processo. Espécies de citação. Saneamento do processo. Ônus da prova. Revelia. Reconvenção.

DIREITO PENAL – Penas. Dosimetria da pena. Princípios das penas. Circunstâncias agravantes e atenuantes. Previsão legal. Possibilidade ou não de mitigação do princípio da legalidade estrita. Necessidade concreta da pena. Presunção. Exceção à regra geral do direito penal e do direito processual penal. Requisitos para eventual inaplicabilidade da pena no caso concreto. Teorias sobre a culpabilidade. Culpabilidade. Imputabilidade. Possibilidade ou não de presunção de culpabilidade. Atenuante da confissão. Validade da confissão. Autoridades. Confissão judicial e não judicial.

DIREITO CIVIL - Personalidade jurídica e direitos do nascituro. Ausência e domicílio voluntário. Classificação de bens quanto à mobilidade, consuntibilidade e fungibilidade. Requisitos de validade do Negócio jurídico. Encargo, termo e condição suspensiva. Emancipação e capacidade civil. Teoria Geral. Formação dos contratos. Princípios contratuais. Classificação dos Contratos quanto a forma. Vedação a autonomia da vontade das partes. Classificação dos Contratos quanto à forma Contratos em Espécie. Evicção. Princípios da Cláusula Resolutiva.

HERMENÊUTICA JURÍDICA – Métodos clássicos da interpretação. Teoria da integridade. Teoria Tridimensional do Direito.

Art. 5° Turma: **6º período**

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ação penal. Condições da ação. Condição de procedibilidade. Ação penal pública incondicionada. Decadência do direito de representação. Medidas cautelares. Prisão preventiva. Comunicação dos atos processuais. Provas. Teoria geral da prova. Exame de corpo de delito. Interrogatório do acusado.

DIREITO DO TRABALHO – Alteração do contrato de trabalho. Garantias de emprego, estabilidade e FGTS. Proteção da maternidade. Suspensão e interrupção da jornada de trabalho. Aviso prévio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Distribuição do processo. Espécies de citação. Saneamento do processo. Ônus da prova. Revelia. Reconvenção. Procedimento especial de consignação em pagamento. Reintegração de posse, Juizado Especial Cível, ação de exigir contas, ação monitória, Competência do Juizado Especial Cível. Ação monitória.

DIREITO PENAL – Lei 12.015/09 e crime único, concurso material, estupro de vulnerável, omissão imprópria, arts. 218-B e 226.

DIREITO CIVIL – Casamento. Capacidade para o casamento. Idade núbil. Nulidades do casamento. Classificação do casamento. Regimes de bens. Parentesco. Parentesco por afinidade. União Estável. Regimes de bens. Formação dos contratos. Princípios contratuais. Classificação dos Contratos quanto a forma. Vedação a autonomia da vontade das partes. Responsabilidade pré-contratual. Onerosidade excessiva

DIREITO DIGITAL – Proteção de Dados, Informação, LGPD, Fornecimento de Dados Pessoais. Tratamento de Dados de criança e adolescente, consentimento de pais e responsáveis legais. ECA. Hipóteses legais de Tratamento de dados Pessoais. Fundamentos da proteção de dados pessoais. Direitos dos Titulares de Dados. Responsabilidade civil e penal. Marco Civil da Internet.

Art. 6° Turma: **8º período**

DIREITO ADMINISTRATIVO – Princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública direta e indireta, de acordo com a Constituição Federal. Conceitos e classificações de atos administrativos. Atributos dos atos administrativos. Conceito e controle judicial dos atos administrativos. Intervenção do Estado na propriedade e disposições sobre desapropriação. Cominações da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) para atos de enriquecimento ilícito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Títulos executivos extrajudiciais. Atributos do título executivo. Partes no processo de execução. Litisconsórcio. Cumulação de execuções. Embargos do devedor. Legitimidade. Ações possessórias. Procedimento especial de consignação em pagamento. Competência do Juizado Especial Cível. Ação monitória.

DIREITO PENAL – Lei de Drogas. Prisão em flagrante. Procedimento. Lei das Organizações Criminosas. Crimes contra o Sistema Financeiro.

DIREITOS HUMANOS – Sistema Internacional de proteção dos Direitos Humanos. Estrutura Normativa do Sistema Regional Global de Proteção

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Proteção à criança e ao adolescente. Conselho Tutelar. Adoção. Origem genética. Direito ao convício familiar. Colocação em família substituta. Estágio de convivência.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Obrigação tributária. Relação Jurídico-Tributária. Sujeição Passiva. Princípios constitucionais tributários. Princípio da anterioridade. Princípio da anterioridade anual. Princípio da anterioridade nonagesimal. Princípio da anterioridade previdenciária. Extinção do crédito tributário. Decadência e Prescrição. Contagem do prazo prescricional.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO – Previdência Social. Assistência Social. Seguridade social. Conceito. Princípios da Seguridade Social. Saúde. Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Período de Graça. Conceito e aplicabilidade. Contagem do Período de Graça. Conceito e Definição do salário-de-contribuição. Correção Monetária do Salário-de-contribuição. Salário-de-contribuição em relação às espécies de segurado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ação penal. Condições da ação. Condição de procedibilidade. Ação penal pública incondicionada. Decadência do direito de representação. Medidas cautelares. Prisão preventiva. Comunicação dos atos processuais. Provas. Teoria geral da prova. Exame de corpo de delito. Interrogatório do acusado.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo único. Para a prova do desafio integrador tem-se as seguintes observações:

a) A prova do desafio integrador não necessariamente conterá uma questão de cada área acima informada, mas os conteúdos abordados nas provas estarão dentro das áreas do conhecimento descrito acima;

b) A prova terá um peso de 3,0 pontos, a nota será aplicada em todas as disciplinas matriculadas no respectivo período em regime normal, exceto APS e disciplinas em dependência e ou adaptação, valendo a respectiva nota nas avaliações bimestrais do 2° Bimestre do 2° semestre de 2026;

c) A prova ocorrerá no dia 16/11/2026 conforme horário de provas;

d) A prova é sem consulta e individual.

União da Vitória, 04 de novembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
SILMARA BRIETZIG HENNRICH
Data: 04/11/2026 21:33:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Silmara Brietzig Hennrich
Pró-Reitora Acadêmica Interina
UGV - Centro Universitário